

Título -> Implantações políticas
da Pedagogia do Oprimido

Autoria -> Maria Luiza

Ano -> 1990

14

implicações políticas da **PEDAGOGIA DO OPRIMIDO**

MARIA LUIZA PEREIRA ANGELIM
LAURA MARIA COUTINHO
ERASTO FORTES MENDONÇA

experiência

Foto Sandra Tibana



Em 1963, dentre as ações de mobilização popular, com decisiva participação de estudantes e trabalhadores organizados, o chamado "método" Paulo Freire demonstrou sua eficácia na alfabetização de adultos. Inicialmente em Pernambuco e Rio Grande do Norte, depois como Plano Nacional promovido pelo MEC, através da Comissão Nacional de Cultura Popular, presidida por Paulo Freire.

No Distrito Federal, a Comissão Regional desenvolveu experiências de alfabetização de adultos no Gama, Sobradinho, Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Setor de Limpeza Urbana, entre outros, onde eram instalados os Círculos de Cultura (1) com efetiva participação de secundaristas, da UnB e do próprio Paulo Freire.

Com o golpe militar, este esforço de iniciativa popular no Nordeste, em 1962, foi interrompido e instalada a ditadura militar, após um período de desmobilização dos movimentos populares organizados, inclusive em torno da alfabetização de jovens e adultos, impõe-se o Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral, em 1970, intervindo diretamente em 3.593 municípios. Em nome da educação de massas e descaracterizando o "método" de alfabetização de adultos de Paulo Freire, a maioria dos adultos (60%, segundo documento oficial) não conseguia se alfabetizar, devido ao descompromisso e amadorismo da execução. No início da década de 80, o Mobral diversificava suas atividades e o governo militar começava a privilegiar ações de participação comunitária. Há que se constatar que em relação ao período anterior, 1946-64, este foi um tempo de retrocesso na busca e efetividade de soluções do analfabetismo, se fosse possível avaliar a eficácia.

A partir de 1982/84, com as primeiras eleições estaduais e municipais e em 1985 com a instalação do governo civil da Nova República e as eleições da Assembléia Nacional Constituinte em 1986, retoma-se o processo de redemocratização no país. Tais fatos, por resultarem de pressões políticas de setores organizados da sociedade civil, trouxeram no seu bojo iniciativas de ações de alfabetização de jovens e adultos, envolvendo governos estaduais, Prefeituras, universidades, diretores de escolas eleitos, associações de moradores, organizações de Igrejas. Esta diversidade de iniciativas permeou a mudança de nome do Mobral para Fundação Educar, que, na sua ambigüidade, estimulou e promoveu o Projeto da Baixa da Fluminense com auto-gestão das organizações populares (1986-90), profissionalização dos Coordenadores e Monitores (vínculo empregatício, remuneração acima do padrão do professor municipal), obtendo apoio da UNICEF, Igreja Católica e recebendo o prêmio Unesco – 1988.

A Constituição de 5/10/88, após longo processo de debate público polarizado na defesa da escola pública em contraposição à privatização do ensino, consagrou algumas conquistas para a educação básica de jovens e adultos, em particular sobre a alfabetização nos artigos 14, 208, 211, 214 e artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. O direito constitucional, assegurando o voto "facultativo" do analfabeto, embora mantendo a restrição da sua inelegibilidade e, ao mesmo tempo, assegurando a erradicação do analfabetismo no prazo de dez anos, marca uma qualidade nova na correlação de forças políticas interessadas na alfabetização de jovens e adultos.

Cabem as perguntas: A quem interessa? A quem compete a erradicação do analfabetismo de jovens e adultos no prazo de dez anos – 1989/99?

A trajetória histórica do problema/solução do analfabetismo no Brasil é demonstrativa em caracterizar-se como resultante da correlação de forças políticas. Embora não sendo prioridade nas pautas reivindicatórias dos movimentos populares urbanos (moradia) e sindicais (salários), movimentos rurais (terra), a erradicação do analfabetismo interessa, quando explicitado como problema de solução política gerencial na compreensão da educação básica pública municipal, enquanto direito constitucional.

Diante do grau de organização política da sociedade civil; da

legitimidade dos governos municipais e estaduais; da propaganda direcionada dos setores privatistas de desmoralização dos políticos, do serviço público, da escola pública, da universidade pública; do potencial de mobilização de jovens e adultos que envolve as atividades de alfabetização, por ocorrer nos locais de moradias, entende-se que se esgotaram historicamente as campanhas, planos nacionais, órgãos federais. As experiências mais recentes, localizadas e autogerenciadas, demonstraram a eficiência de uma proposta de ação conjunta – Governo e sociedade civil – na qual a universidade pública assume seu papel articulador, legitimando-se socialmente.

COMEÇOU EM CEILÂNDIA

Em maio de 1985, quando a nova direção eleita do Complexo "A" de Ceilândia (Prof. Erasto F. Mendonça) iniciou o processo de participação efetiva da comunidade (líderes e associações locais) na decisão de oferta de serviços educacionais de seu interesse, a alfabetização de adultos foi indicada como necessidade urgente e o "método" Paulo Freire como o mais eficaz da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – UnB.

A metodologia proposta é baseada na pedagogia de Paulo Freire, nos princípios da educação libertadora, que pela própria natureza recria-se em função da sua inserção na realidade. Configurada como "Alfanumerização", constitui-se uma forma de compreender criticamente o mundo, na qual a aprendizagem se dá pelo princípio da descoberta (2).

O levantamento das pessoas analfabetas deu-se através das fichas de matrículas dos alunos da Escola Normal e visitas domiciliares (3). O levantamento do universo vocabular foi realizado de forma bastante ágil, uma vez que os alfabetizadores eram pessoas da comunidade ou já comprometidas com a sua luta; de 80 palavras foram escolhidas 18 para compor o rol das palavras-chave aplicáveis (lote, comida, jogo, securo, chuva, escola, máquina, vizinho, eleição, barraco, filho, religião, trabalho, televisão, Taguatinga, passe, lixo, associação).

Foi iniciado o primeiro Círculo de Cultura, coordenado por Ana Maria Jacobino e Pedro Rodrigues, em sala da própria Escola Normal e criado o Núcleo Paulo Freire de Alfabetização de Adultos. Respeitando o tempo possível para uma educação de adultos trabalhadores, os Círculos funcionaram em dias alternados, à noite, duas horas por sessão, de modo que ao final de 36 horas, a turma já se encontrava em condições de ler e escrever o mundo.

Como a experiência se desenvolvia em escola do sistema público, vários contatos foram efetivados pela direção do complexo, objetivando envolver as autoridades e institucionalizar o trabalho. Desta forma, o projeto iniciado por alunos da Escola Normal de Ceilândia influenciou efetivamente a inclusão na Proposta Curricular da FEDF, aprovada para implantação a partir de 1986, de apoio à experiência e expansão para o Paranoá e Núcleo Rural de Vargem Bonita. Durante o período de fevereiro a junho de 1986, a Direção do Supletivo da FEDF iniciou o processo de assimilação da experiência no Complexo "A" de Ceilândia, não levado a efeito.

A tentativa de institucionalização da experiência esbarrou em dificuldades que não permitiram que ela se efetivasse. Na verdade, estava em jogo uma nova forma de educar que exigia habilidades e competências nem sempre presentes no ensino tradicional. Apesar disso, o trabalho continuou a ser desenvolvido em Ceilândia, chegando a ser executada a pós-alfabetização, compreendendo fases de aprofundamento de leitura e numerização e, posteriormente, estudos do programa de Fase II do Supletivo. Foi produzido pelo Complexo "A" de Ceilândia e Nutel um vídeoteipe (4) com o apoio da Fundação Nacional Pró-Memória-MINC, que, desde então, tem sido utilizado para discussões na comunidade, sensibilização para a necessidade da alfabetização de adultos e capacitação de coordenadores.

Em agosto de 1986, a coerência político-pedagógica da Direção do Complexo "A" de Ceilândia no posicionamento sobre o "Projeto Irmãozinho" (5) levou a Secretaria de Educação e a direção executiva da FEDF a demitirem o diretor eleito e vários diretores de escolas subordinados àquele Complexo. Dessa forma, o vínculo de apoio institucional que o Núcleo Paulo Freire possuía perdeu-se, fazendo com que os jovens engajados no Projeto, por força do compromisso com a comunidade, procurassem os grupos organizados em busca do apoio necessário, inclusive em termos de espaço físico. A partir desta época, o Núcleo passou a se instalar provisoriamente na Igreja da Glória (EQNN 3/5), de modo que o trabalho de alfabetização vinculou-se diretamente aos movimentos populares ligados à Igreja local, às associações, grupos de jovens, demonstrando, mais uma vez, o compromisso da iniciativa popular com a educação do povo.

Ao instalar-se em Ceilândia, a Universidade de Brasília reconheceu o trabalho de alfabetização de jovens e adultos como uma das experiências que poderia receber seu apoio material e técnico. A partir de então, o Núcleo Paulo Freire pôde dispor de espaço físico e o trabalho de alfabetização, com apoio da Fundação Rondon (extinta em 1989), desenvolveu-se em ritmo intenso.

Em 1988 celebrou-se um convênio entre a Fundação Educar (extinta em 1990) e a Fundação Universidade de Brasília, cuja liberação de recursos permitiu a remuneração de coordenadores e supervisores, na condição de bolsistas.

Em setembro (15 e 16) a UnB – Decanato de Extensão, com apoio da Fundação Educar e da Fundação Rondon promoveu, o Seminário – Experiências de Educação de Adultos cuja programação contribuiu para o intercâmbio de Experiências em Desenvolvimento no Distrito Federal (Paranoá, Ceilândia), Goiás (Novo Gama) e Rio de Janeiro (Baixada Fluminense).

Neste Seminário tomou-se conhecimento de que em 1986, por iniciativa popular, as Associações de Moradores e grupos organizados da Baixada Fluminense (municípios de Caxias do Sul, Nova Iguaçu e São João do Meriti) obtiveram o apoio da Igreja e da Fundação Educar e, com autogestão, desenvolveram o Projeto de Educação Básica para jovens e adultos, começando pela alfabetização. Neste projeto os educadores mantêm vínculo empregatício nas associações e entidades de Igreja e em 1988 as remunerações correspondiam a valores superiores aos dos professores municipais.

Em 1988, concluiu-se o convênio da UnB/Fundação Educar e Fundação Projeto Rondon, atingindo-se um total 1.182 alfabetizados, envolvendo-se como alfabetizadores 120 jovens moradores de Ceilândia, entre estudantes e trabalhadores, abrangendo Ceilândia e Taguatinga.

Percorrendo as sucessivas alianças ao longo da execução deste Projeto é possível identificar um momento crítico de reflexão conjunta sobre a sua continuidade, quando, em novembro, a Fundação Educar atrasou o pagamento de Coordenadores e Supervisores por mais de 30 dias. "Teste de compromisso", assim entenderam os jovens (a maioria menores de 18 anos), que a partir do fato fortaleceram seus laços com a comunidade organizada que os apoiou e aprofundaram a compreensão da dimensão político-pedagógica da alfabetização de jovens e adultos.

Fruto de todo este esforço, em 23 de janeiro de 1989, em presença de representantes de organizações populares e sindicais, foram protocolados na Coordenação da Fundação Educar-DF projetos de alfabetização de adultos pelo "método" Paulo Freire, propostos pela UnB, pelas organizações de Ceilândia pelo Ação Cristã Pró-Gente e pelo CCI – Centro de Cultura e Informação de Taguatinga e pelo Clube de Mães do Areal. Em 1 de fevereiro deste mesmo ano, formulou-se pela UnB (6) uma "Proposta de erradicação do analfabetismo integrando Municípios, Estados, União e Universidades", com detalhamento específico para o Distrito Federal, particularmente Ceilândia, que enviada ao MEC e GDF-SEC não obteve resposta efetiva.

Mantido o compromisso com a alfabetização de jovens e adultos, a UnB, em ação conjunta com o grupo de jovens alfabetizadores e organizações populares de Ceilândia, fez pressões junto ao Executivo e Legislativo, ao mesmo tempo em que estimulou soluções institucionais alternativas. Neste sentido, os recursos financeiros foram conseguidos de organizações não governamentais, o grupo de jovens alfabetizadores fundou o Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia (30.09.89). Em outubro de 1989 a Fundação Educar-DF liberou recursos financeiros para uma tímida meta de 230 alfabetizados, de um total de 10.000 previstos no projeto de janeiro/1989.

1990 é o Ano Internacional da Alfabetização. Desta experiência de alfabetização em Ceilândia, iniciada, em 1985. Destacam-se alguns resultados:

- comprovação, através de avaliação sistemática, da efetividade da metodologia adotada na aplicação do princípio da aprendizagem pela descoberta, conjugada ao compromisso político do Coordenador do Círculo de Cultura com a própria comunidade;

- expansão geográfica da área de abrangência por solicitação de organizações comunitárias, em função da credibilidade obtida na aplicação da referida metodologia (Gama, Sobradinho, Pedregal, Tocantins, Cáceres, São Leopoldo);

- oportunidade concreta de participação de jovens estudantes moradores da Ceilândia num esforço educativo da própria comunidade, com possibilidade de remuneração, conjugando, portanto, a formação destes jovens com a contribuição necessária à renda familiar;

- crescimento progressivo de organizações comunitárias interessadas e integradas na execução do projeto, através da participação de associados e cessão de instalações para funcionamento dos Círculos de Cultura, resultando na proposta de Projetos diretamente vinculados à Fundação Educar para execução em 1989, contando com a supervisão pedagógica da UnB e expressivo apoio de entidades sindicais do Distrito Federal (SINPRO, Sindicato dos Eletricistas, Sindicato dos Bancários, Assoc. Proc. Dados do Serpro);

- envolvimento progressivo de empresas do DF como a Taguauto (alfabetização de 10 empregados) e Cimento Tocantins (apoio financeiro à Comissão de Educação de Sobradinho para alfabetização de jovens e adultos da área urbana e rural);

- contribuição efetiva da UnB, organizações populares e sindicais na constituição do GTPA/DF – Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do Distrito Federal, promotor do I Encontro Pró-Alfabetização do Distrito Federal – 16, 17 e 18/fevereiro/1990;

- manutenção do Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos da Faculdade de Educação no Núcleo Permanente de Extensão da Ceilândia, localizado no Prédio do Decanato de Extensão da UnB, hoje ponto de referência de demandas sociais.

ALGUNS ELEMENTOS METODOLÓGICOS

Pesquisa das palavras-chave e temas geradores: As palavras (de 15 a 20) e temas geradores são buscados a partir de um íntimo contato com a população a ser alfabetizada, através de um levantamento cuidadoso que compõe a representação do universo vocabular e matemático.

Dinâmica: As sessões onde se desenvolve a dinâmica da alfabetização chamadas de Círculos de Cultura, respeitam o tempo possível a ser exigido de um adulto trabalhador, na forma seguinte:

- duração total: cerca de 96 horas (Fase I), em 4 meses, tomada por base a média de 18 palavras-chave, em sessões de 2 horas, 3 vezes por semana em dias alternados.

- 1º momento: Cerca de 36 horas/alfabetização através das palavras-chave

- 2º momento: 30 horas/pós-alfabetização através de exercícios de leitura e escrita

– 3º momento: 30 horas/numerização, ou seja, exercícios que, utilizando-se do mesmo princípio da descoberta, possibilitam a apropriação dos princípios elementares da matemática.

Material: O material necessário ao desenvolvimento deste trabalho caracteriza-se pelo baixo custo e é constituído, basicamente por cartazes, cadernos, lápis, borracha, fichas de cartão, textos elaborados pelos alfabetizandos, material de numerização, dicionário, teste de acuidade visual (óculos quando necessário).

Recursos humanos: Requer 1 coordenador com 2 a 4 observadores (coordenadores em formação) e até 18 alfabetizandos. Cada Grupo de 7 círculos de cultura necessita de 1 supervisor (coordenador com extensa experiência no trabalho) a fim de que possa ser mantido o controle de qualidade do processo pedagógico. O resumo das atividades de cada componente deste processo é o seguinte:

- **Supervisor (40h/semanais):**

Supervisionar o desenvolvimento de até 7 círculos de cultura; coordenar as reuniões semanais, onde são avaliados os trabalhos, com coordenadores e observadores; participar, com os demais supervisores, de reuniões periódicas de coordenação dos trabalhos; participar do processo de capacitação que envolve momentos individuais e grupais.

- **Coordenador (20 h/semanais):**

Coordenar o círculo de cultura; participar das reuniões de avaliação com os observadores; preparar o material necessário para o desenvolvimento do trabalho; participar do processo de capacitação que envolve momentos grupais e individuais; orientar os observadores no recrutamento de alfabetizandos para a formação de novo círculo de cultura.

- **Observador (20 h/semanais):**

Observar o círculo de cultura; participar das reuniões de avaliação junto com coordenadores, demais observadores e supervisor; participar do processo de capacitação que envolve momentos individuais e grupais; recrutar alfabetizandos para a formação de novo círculo de cultura.

Capacitação: O processo de capacitação se dá pela observação direta dos círculos de cultura em funcionamento e pela avaliação semanal da dinâmica desses círculos. São treinados nos futuros coordenadores:

- a habilidade dialógica;
- a habilidade de leitura da realidade;
- a habilidade na técnica de alfanumerização.

O sistema de capacitação, já testado, permite a composição do quadro de coordenadores ser constituído por jovens estudantes

de 2º grau, principalmente normalistas, bem como a multiplicação rápida do número de treinados. O uso de videoteipe possibilita rápido aperfeiçoamento de habilidades necessárias, em especial a de observação. O esquema abaixo demonstra as possibilidades de ampliação do trabalho:

ESQUEMA DEMONSTRATIVO DA POSSIBILIDADE DE AMPLIAÇÃO DO TRABALHO DE ACORDO COM A METODOLOGIA ADOTADA:

Deste modo, a cada 4 meses, vencida uma etapa do processo de erradicação do analfabetismo, um novo contingente de coordenadores encontra-se preparado para juntar-se aos já formados, constituindo-se, assim, novas turmas que comporão outros círculos de cultura.

Recrutamento: Neste trabalho, o recrutamento a ser desencadeado possui dois níveis: o dos coordenadores e o dos analfabetos. Para o caso dos coordenadores, sugere-se entendimento com os sistemas de ensino, especialmente as redes públicas, a fim de que as autoridades educacionais e os próprios alunos de 2º grau sejam sensibilizados para o problema e se engajem efetivamente em sua solução. Formas de reconhecimento podem ser sugeridas como a contagem de créditos em disciplinas voltadas especificamente para a compreensão dos problemas brasileiros, como OSPB além de, no caso dos alunos de Cursos Normais, as horas dedicadas a este trabalho serem reconhecidas como estágio supervisionado obrigatório ao curso. Os mesmos procedimentos são aplicáveis a alunos universitários, especialmente aqueles que têm seus cursos na área de formação de educadores (licenciatura).

Para os analfabetos, o recrutamento deve ser realizado pelo próprio coordenador de círculo de cultura, que se utilizará dos meios disponíveis em sua comunidade com consulta às fichas de matrículas das escolas públicas, que indicam a condição de letrados ou iletrados dos pais de alunos, ou mesmo, a partir de visitas domiciliares de levantamento da situação concreta de uma rua, quadra ou bairro.

A experiência político-pedagógica aqui relatada é resultado de um grande esforço coletivo, no qual o exercício cotidiano de paciência histórica no enfrentamento dos desafios tem permitido encontrar o caminho do compromisso na ação educativa transformadora.

MARIA LUIZA PEREIRA ANGELIM, LAURA MARIA COUTINHO E ERASTO FORTES MENDONÇA são professores da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB).

NOTAS:

- (1) Sessão na qual se desencadeia o processo de alfabetização
- (2) O princípio da aprendizagem pela descoberta constitui objeto de pesquisa de duas dissertações de mestrado em Educação da UnB, elaboradas por profissionais que orientam e supervisionam atividades de alfabetização de jovens e adultos em Ceilândia-DF, desde 1985, "Educar é descobrir – Estudo observacional exploratório", ANGELIM, M.L.P., 1988 e "Videoteipe – Ver e rever a Educação, COUTINHO, L.M., 1988.
- (3) Em 1986 – IBGE/PNAD estimava para o DF cerca de 97.000 pessoas analfabetas com 15 anos e mais.
- (4) "Educar é descobrir", direção Laura Maria Coutinho, VT, U-matic 23 min., cor, 1986.
- (5) Projeto do governo federal que previa distribuição, através das escolas públicas de 1.200 gramas mensais de ração alimentar para irmãos de alunos matriculados.
- (6) Proposta elaborada por ANGELIM, M.L.P., COUTINHO, M.L., MENDONÇA, E.F. Professores da Faculdade de Educação da UnB.